Estádio Nacional de Tóquio | Jogos Paralímpicos Tóquio 2020

Créditos © Tokyo 2020

Relatório de Atividades e Contas 2020

COMITÉ PARALÍMPICO PORTUGAL

Comité Paralímpico de Portugal

Índice

1. Apresentação 5
2. Introdução 7
3. Atividades Regulares 9
   a. Dias Paralímpicos 9
   b. Cimeira das Federações 10
   c. Classificação Funcional Desportiva 10
   d. Projeto I'mPOSSIBLE 11
   e. Inscrição em Provas IPC e Homologação de Competições 12
   f. Colaboração com projetos externos 12
4. Programa de Preparação Paralímpica 14
   a. Organização e gestão do Programa de Preparação Paralímpica 14
   b. Programa de Preparação Paralímpica 14
   c. Projeto de Esperanças e Talentos Paralímpicos 15
   d. Apoio Complementar 15
   e. Missão Jogos Paralímpicos 2020 + 1 16
   f. Família Paralímpica 16
5. Programa de Preparação Surdolímpica 18
   a. Organização e gestão do Programa de Preparação Surdolímpica 18
   b. Programa de Preparação Surdolímpica 18
   c. Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021 19
6. Responsabilidade Social 21
7. Comunicação e Marketing 22
8. Execução Orçamental 26
9. Anexos 30

Mensagem do Presidente

A pandemia marcou, de forma decisiva, o ano de 2020 com impactos em todas as dimensões da sociedade, nomeadamente no âmbito do desporto. Os referidos impactos tiveram reflexo nas atividades desenvolvidas pelo Comité Paralimpico de Portugal. O adiamento dos Jogos Paralímpico é o mais significativo, facto que implicou o replaneamento de todos os processos que a organização de uma Missão Paralímpica contempla, mas também o adiamento ou cancelamento de todas as competições, as quais afetaram não apenas o processo de qualificação em curso e a gestão do Projeto de Preparação Paralímpica.
Outros projetos estruturantes para o CPP foram cancelados, adiados, ou afetados na sua execução e em grande parte do ano vivemos a experiência do teletrabalho e das reuniões por sistemas de videoconferência. Destes, destaco o projeto de Classificação Funcional Desportiva, o *I'mPOSSIBLE* e os Dias Paralímpicos.
Ao longo do ano toda a atividade que habitualmente é desenvolvida no escritório decorreu parcialmente ou totalmente em regime de teletrabalho.
Apesar da adversidade e da vivência de experiências nunca antes experimentadas, foi possível dar resposta e continuidade a muitos dos nossos projetos, só possível, graças à capacidade de adaptação dos Órgãos Socias, dos trabalhadores do CPP e da excelente colaboração dos nossos interlocutores externos, em particular as Federações Desportivas e Associações Nacionais de Desporto para Pessoas com Deficiência (AND's).
Num contexto difícil e de incerteza, foi possível assegurar a renovação da maioria das parcerias e patrocínios ainda que em alguns tenha havido a necessidade de compreender a excecionalidade do tempo que vivemos.
Através de meios digitais, foi possível desenvolver ações no sentido de continuar a dar retorno e visibilidade aos nossos parceiros e a divulgar a mensagem e os valores do movimento paralímpico.
Os impactos que a pandemia tem provocado em todo o sector do desporto e a ausência de respostas políticas que visem viabilizar o tecido associativo, juntaram o CPP, COP e CDP em ações para alertar para os graves problemas que o desporto atravessa, devendo aqui assinalar-se a realização da 1ª Cimeira das Federações, onde foi aprovada uma Moção que foi entregue ao Governo e à Assembleia da República.
Quando iniciamos o ano de 2020, ninguém podia imaginar que a apresentação de resultados do referido ano fosse tão afetada face ao Plano de Atividades e Orçamento previamente estabelecido. Ainda assim, devemos sublinhar que, em termos financeiros, foi possível cumprir com os compromissos assumidos, em particular o pagamento de bolsas e preparação, a todos os agentes desportivos envolvidos, o que só foi possível devido ao cumprimento rigoroso de todos os contratos-programa por parte da Administração Pública (IPDJ e INR).

José Manuel Lourenço,
Presidente

Abílio Valente | Boccia

Apresentação

Relatório de Atividades e Contas 2020

1. Apresentação

Identificação:

Designação: Comité Paralímpico de Portugal

Fundação: 26 de setembro de 2008

Atribuição da Utilidade Pública: 30 de dezembro de 2009

Localização e contactos:

Sede e serviços administrativos:

Rua do Sacramento, n.º 4 r/c – Fanqueiro

2670-372 Loures

Telefone: (+351) 219 886 552

Email: geral@paralimpicos.pt

Site: www.paralimpicos.pt

Órgãos Sociais

Comissão Executiva

Presidente – José Manuel Fernandes Lourenço

Vice-presidente – Carlos Manuel Conceição Lopes

Vice-presidente – Leila Susana Noronha Velosa Marques Mota

Vice-presidente – Luis Manuel Martins Figueiredo

Vice-presidente – Sandro Daniel dos Santos Gonçalves de Araújo

Vice-presidente – Filipe Renato da Silva Rebelo

Secretário-geral – José Manuel Costa Oliveira

Tesoureiro – Jorge Manuel Martins Amado Correia

Vogal – Francisco Lourenço Martins Teófilo

Vogal – Tiago Fragoso de Carvalho

Conselho Fiscal:

Presidente – Mário Rui Coelho Teixeira

Secretário – Rui Manuel Álvaro Marta

Relator – Ricardo Alexandre Afeiteira Marques

Comissões Integradas

Os Estatutos do CPP preveem a criação de comissões/entidades integradas com atribuições estatutárias específicas e estrutura orgânica própria gozando de autonomia na prossecução das atribuições que lhes são reservadas e de apoio financeiro do Comité Paralímpico de Portugal para as suas atividades.

Atualmente, a única entidade integrada do CPP é a Comissão de Atletas Paralímpicos (CAP). A CAP é constituída pelos atletas participantes nos Jogos Paralímpicos e Surdolímpicos, no ativo ou retirados, mas não após o termo da terceira paralímpiada ou surdolímpiada posterior aos últimos Jogos em que tenham participado.

A comissão de Atletas Paralímpicos (CAP) é constituída por:

- Presidente: Luis Costa (ciclismo);
- Vice-presidente: Mário Trindade (atletismo);
- Secretário-geral: Ana Mota Veiga (equestre);
- Vogal: Hélder Mestre (atletismo)
- Vogal: Susana Lourenço (natação)

Filiações

Internacionais:
IPC: Internacional Paralympic Committee

EPC: European Paralympic Committee

Representações

Conselho Nacional do Desporto

Comissão Permanente do Conselho Nacional do Desporto

Conselho Consultivo Município de Loures

Conselho Consultivo Instituto Português do Desporto e Juventude

Conselho Consultivo Autoridade Nacional Contra a Violência no Desporto

Fundação do Desporto

REDESP

Membros

Anexo 2

2. Introdução

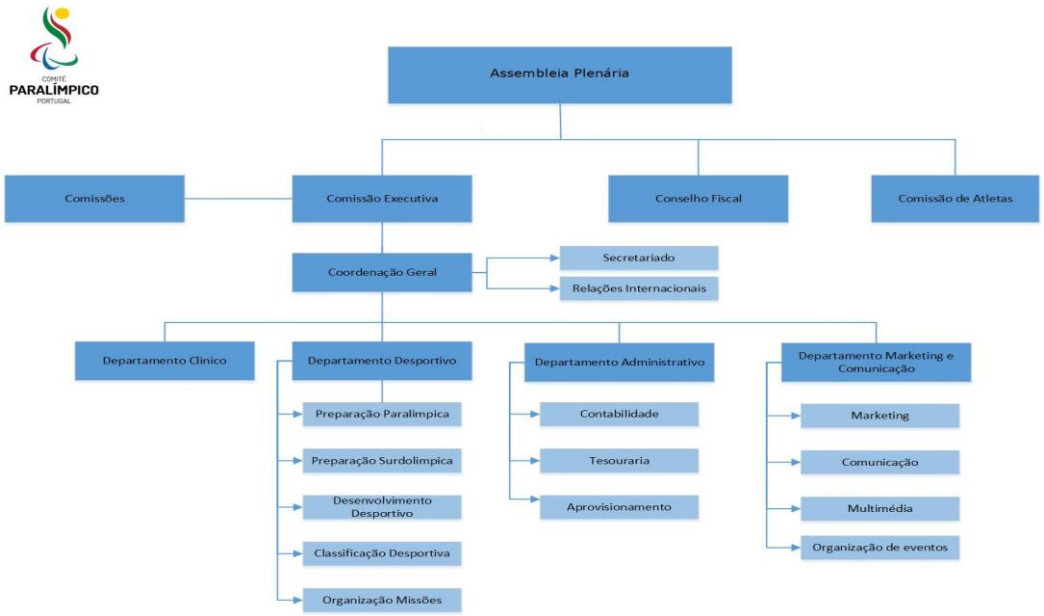
O Relatório de Atividades e Contas (RAC) que aqui se apresenta respeita o previsto nos Estatutos do CPP, nomeadamente o seu artigo 6º, em particular, concretizar o objetivo de "Divulgar, desenvolver e defender o Movimento Paralímpico e o desporto em geral, em conformidade com o *International Paralympic Committee (IPC) Handbook*."

Em termos de estrutura o presente documento segue o Plano de Atividades e Orçamento e apresenta em anexo as contas de 2020 e respetivo anexo.

A pandemia marcou, determinantemente, o ano de 2020 e dificultou a nossa ambição de afirmar o movimento paralímpico, como um agente que vai para além do desporto, em particular a afirmação do desporto como um instrumento de inclusão social e um movimento humanista. Ainda assim, foi possível desenvolver muita da atividade com recurso a meios digitais e dessa forma desenvolver projetos que visam alcançar o desiderato acima referido.

Em termos contabilísticos, o RAC respeita as regras contabilísticas existentes cujas contas foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas bem como acompanhadas pelo Conselho Fiscal do CPP, o qual emitiu parecer.

Ao longo do ano de 2020 demos continuidade à prática de distribuição de funções pelos diversos elementos que compõem a Comissão Executiva do CPP e manteve-se a estrutura orgânica aprovada no início do mandato e que se apresenta:



Organigrama do Comité Paralimpico de Portugal

Dia Paralímpico Portimão 2019

Atividades Regulares

Relatório de Atividades e Contas 2020

3. Atividades Regulares

O CPP tem uma atividade que abrange predominantemente as áreas do desporto e da comunicação, a nível nacional e internacional, com entidades e instituições de natureza vária.

Este programa prevê a coordenação da estrutura orgânica e do funcionamento do CPP, dos recursos humanos, das necessidades nos consumos administrativos, classificação das despesas e controlo orçamental, cumprimento das obrigações contratuais e demais ações necessárias para o funcionamento regular do CPP. No ano de 2020, muitos dos projetos não se realizaram pelos motivos anteriormente referidos.

Em relação aos recursos humanos (RH), o CPP mantem nos seus quadros 3 técnicas administrativas, 2 técnicos desportivos e 3 técnicos na área de marketing e comunicação. Pese embora seja uma equipa muito pequena, salienta-se a disponibilidade e polivalência de todos para que seja possível desenvolver todos os projetos em que o CPP está envolvido.

Ainda no que diz respeito aos RH's houve oportunidade dos dois técnicos do Departamento Desportivo, iniciarem um curso de Língua Gestual Portuguesa, no sentido de permitir que, a comunicação com os atletas surdos e outros ficam mais facilitada e inclusiva.

Não obstante as condicionantes conhecidas, ao longo do ano de 2020 os dirigentes e representantes do CPP estiveram em representação institucional em alguns eventos, nomeadamente a nível nacional.

Também em setembro de 2020 foi possível eleger a Comissão de Atletas Paralímpicos, entidade integrada do CPP que não estava em funções desde meados de 2019.

a. Dias Paralímpicos

O Dia Paralímpico é uma iniciativa da responsabilidade do CPP, em conformidade com as normas emanadas pelo Comité Paralímpico Internacional (IPC). O primeiro Dia Paralímpico realizou-se no ano de 2012 na cidade de Loures, concelho anfitrião da sede do CPP. Desde essa data, com periodicidade anual, o CPP tem vindo a realizar um Dia Paralímpico Nacional numa cidade capital de distrito diferente a par de outras iniciativas de âmbito municipal e na empresa.

Com a realização do Dia Paralímpico e Dia Paralímpico Municipal o CPP procura transmitir à população portuguesa novos olhares e novas formas de contato com o desporto e a deficiência, num clima saudável de inclusão junto da comunidade que recebe a iniciativa.

Com estes eventos o CPP procura levar até às pessoas o desporto nas suas diferentes formas de exploração, numa abordagem que remete para a igualdade e para a inclusão através do desporto para pessoas com deficiência, fazendo cumprir o lema do CPP "*IGUALDADE, INCLUSÃO E EXCELÊNCIA DESPORTIVA*".

Para 2020 foram planeadas 6 iniciativas: Dia Paralímpico Nacional em Odivelas, Dia Paralímpico na Universidade no IP Leiria e na REDESPP, Dia Paralímpico Municipal em Vila Franca de Xira e em Lisboa e Dia Paralímpico em Alcoitão.

Tendo em conta os constrangimentos da pandemia não foi possível realizar nenhum dos eventos, ainda que os tenhamos planeado, pese embora tivessem sido investidas muitas horas de trabalho na esperança da sua concretização.

b. Cimeira das Federações

Durante o ano em apreço foi realizada a 15 de julho, em parceria com o Comité Olímpico de Portugal e a Confederação do Desporto de Portugal, a 1ª Cimeira das Federações. Nessa Cimeira foi aprovada uma Moção que espelha a necessidade de reflexão estratégica no que ao desporto diz respeito, no sentido de melhorar as condições do desporto nacional e em particular do desporto para pessoas com deficiência. Essa Moção foi entregue ao Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desporto, em audiência convocada para o efeito, tendo merecido da sua parte um bom acolhimento para alguns dos pontos que constavam na Moção. Esta foi também entregue à 8ª Comissão da Assembleia da República, em audição convocada para o efeito.

c. Classificação Funcional Desportiva

O programa de Classificação Funcional Desportiva, integrado no contrato-programa de Atividades Regulares, foi alvo de financiamento próprio no montante de 20.000,00€. No ano de 2020 estava programada a realização de cursos de formação de classificadores, bem como o investimento em material didático, particularmente, vídeos que explicam de uma forma simples a classificação desportiva nas suas várias vertentes e a sua divulgação através de *webinares*.

Estava prevista a realização de quatro cursos de formação de classificadores: Ténis de Mesa, Ténis em cadeira de rodas, Ciclismo e Badminton. Destes, apenas se realizou o curso de classificadores de Ténis de Mesa dado que o mesmo aconteceu em fevereiro, altura em que o país ainda não atravessava a fase pandémica.

Foi feito um investimento na produção de três vídeos que pretendem esclarecer o público em geral no que aos processos de classificação dizem respeito. Os vídeos foram produzidos em três fases. Numa primeira fase continham informação genérica sobre a classificação desportiva. Na segunda fase, estes tiveram maior foco na classificação por tipo de deficiência, assim sendo, esta fase repartiu-se em quatro vídeos. Na fase seguinte, a terceira, os vídeos estavam vocacionados para a especificidade de cada modalidade, pelo que foram desenvolvidos seis vídeos de seis modalidades. Para o ano de 2021 ficaram pendentes de produção quatro vídeos de modalidades,

aumentando assim para dez os vídeos que explicam o funcionamento do processo de classificação funcional desportiva.

A apresentação dos vídeos aconteceu sob a forma de *webinares* semanais. Em cada um destes foi apresentado um vídeo sendo possível contar com especialistas de classificação, atletas ou treinadores que debateram os temas apresentados. Os *webinares* decorreram ao longo de sete semanas tendo o CPP apresentado sete vídeos (correspondentes à primeira e segunda fase de produção).

d. Projeto I'mPOSSIBLE

Este projeto é uma iniciativa do Comité Paralímpico Internacional (IPC), que vem ao encontro de uma enorme preocupação transversal ao universo do desporto paralímpico, que passa pela necessidade de desconstruir a ideia de pessoas com deficiência e ultrapassarmos a apatia e por vezes indiferença generalizada, da sociedade, para com esta realidade.

Por ser assim, Portugal foi dos primeiros países a aderir a este projeto do IPC já que, entre nós, o CPP sente muito este problema, que urge ultrapassar.

Analisadas as sugestões do IPC em relação a este objetivo, foi fácil concordar que seria pelas camadas mais jovens ao nível das escolas, que se deveria centrar este trabalho de sensibilização e informação acerca das realidades do desporto paralímpico nacional e internacional.

A estratégia do CPP foi prontamente delineada, com início previsto para o princípio do ano de 2020, estando planeado iniciar com 3 ações de formação dirigidas a professores, que nada tivessem a ver com desporto. Pretendia-se assim, criar uma onda de sensibilização para o problema, solicitando a estes professores que fossem porta-vozes desta tão importante mensagem. A primeira destas ações tinha data prevista para 23 de março de 2020, mas, pelas razões conhecidas, tal não foi possível. O previsto era, como se disse, organizar 3 ações de sensibilização, as quais seriam seguidas de outras 3 ações, estas de média duração, específicas de formação de professores, estes sim ligados ao desporto, para que pudessem implementar o programa nas suas escolas, de forma diversa conforme o programa do IPC admitia. Como se disse, estas 6 ações previstas e que até já tinham agendamentos confirmados, não se concretizaram, ficando a aguardar a possibilidade de voltarem a ser remarcadas em 2021.

Perante este impasse, o ano que se seguiu foi dedicado a preparar todo o Programa, traduzindo e reproduzindo todo o material de apoio que nos chegava do IPC, aproveitando para fortalecer a parceria com o Ministério de Educação, importante na estratégia definida.

Ao mesmo tempo e dada a importância do tema e mesmo a sua urgência, o CPP começou a estruturar a possibilidade de tudo ser feito em formato *online* para contrariar o estado de pandemia que, teimosamente, continua a condicionar as nossas ações.

e. Inscrição em Provas IPC e Homologação de Competições

Ao longo do ano, a pedido das Federações Desportivas, o CPP assegura todo o processo administrativo, junto do IPC, no que diz respeito à inscrição em provas internacionais e à homologação de provas em território nacional. A referida inscrição é necessária em modalidades cuja governação está na égide do IPC (Atletismo, Natação, Tiro e Halterofilismo, bem como, todas as modalidades paralímpicas de desportos de inverno).

Ainda relacionado com as modalidades antes identificadas, também é responsabilidade do CPP, assegurar o registo de resultados desportivos obtidos em Portugal bem como todo o processo associado à Classificação Desportiva. Durante o ano de 2020 foram feitas cerca de 84 homologações de provas.

f. Colaboração com projetos externos

No ano de 2020, o CPP colaborou com diversas entidades em projetos que visam a dimensão do desporto para pessoas com deficiência ou programas educativos com vista à sensibilização da população para as temáticas relacionadas com a discriminação, a igualdade e do racismo.

Daniel Videira | Natação

Programa de Preparação Paralímpica

Relatório de Atividades e Contas 2020

4. Programa de Preparação Paralímpica

No estrito cumprimento do estipulado no Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo CP/2/DDF/2018, o CPP assegurou, também no ano de 2020, a coordenação e a gestão do Programa Paralímpico, em articulação com as federações que, a cada momento, enquadravam atletas integrados no Programa Tóquio 2020. Ao longo do ano de 2020 estiveram integrados 65 atletas de 11 modalidades distintas.

Regista-se a regularidade alcançada no pagamento das bolsas aos atletas e treinadores, o mesmo sucedendo com as transferências financeiras para as federações relativas às verbas de preparação.

a. Organização e gestão do Programa de Preparação Paralímpica

A gestão e coordenação do Programa Paralímpico é da responsabilidade do Comité Paralímpico de Portugal. Compete ao CPP gerir, coordenar e avaliar a execução do Programa de Preparação Paralímpica (PPP), bem como preparar e organizar a Missão Portuguesa aos Jogos Paralímpicos. Tem ainda como atribuições, entre outras, monitorizar e avaliar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, assegurar o tratamento e a gestão da informação relativa ao PPP e, designadamente, a elaboração de relatórios e de prestação de contas à Administração Pública e propor a aquisição de serviços e de bens indispensáveis à gestão e execução do PPP. A paragem da atividade desportiva forçada levou a uma paragem total nos momentos competitivos e a um ajuste dos objetivos e planeamentos por parte de todos os intervenientes no programa de preparação paralímpica.

b. Programa de Preparação Paralímpica

Tendo em conta as circunstâncias excecionais impostas pela pandemia COVID-19, designadamente o adiamento dos Jogos Paralímpicos para o ano 2021, a preparação paralímpica e a gestão do Programa de Preparação Paralímpica sofreram alterações significativas que, na salvaguarda do interesse dos agentes desportivos levaram a um prolongamento de permanência dos atletas no projeto, com as consequências que dai advém.

Desta forma, e porque estas alterações levam a uma consequente alteração de gestão financeira, foram ajustadas as adendas financeiras que previam o valor de apoio ao financiamento com cada federação. Estes ajustes foram feitos com a concordância das federações e levaram à elaboração de novas adendas.

Federação	1º Valor estabelecido	Valor atualizado
Federação Portuguesa de Atletismo	17.500,00€	9.000,00€
Federação Portuguesa para Pessoas com Deficiência	17.500,00€	9.000,00€
Federação Portuguesa de Badminton	19.000,00€	10.000,00€
Federação Portuguesa de Canoagem	19.000,00€	11.000,00€
Federação Portuguesa de Ciclismo	19.000,00€	9.000,00€
Federação Equestre Portuguesa	17.500,00€	9.000,00€
Federação Portuguesa de Judo	19.000,00€	9.000,00€
Federação Portuguesa de Natação	17.500,00€	9.000,00€
Federação Portuguesa de Tiro	19.000,00€	11.000,00€

Apesar do já referido ajuste aos valores de adendas financeiras estipulados com cada federação, várias federações apresentaram saldos positivos no final do ano para as quais pediram transferência de saldos positivos, incrementando assim o valor disponível para apoio à preparação dos atletas em 2021.

c. Projeto de Esperanças e Talentos Paralímpicos

O Projeto Esperanças e Talentos Paralímpicos é parte do Programa de Preparação Paralímpica (PPP) estando subordinado à Estratégia de Apoio e Desenvolvimento do Desporto Paralímpico do CPP. Podem integrar este Projeto, atletas com especial talento ou equipas que apresentem expectativas fundadas de cumprirem os objetivos do Programa Paralímpico, no limiar temporal dos Jogos Paralímpicos de Paris 2024, tendo em consideração que se trata de um Projeto que visa essencialmente renovar as missões aos Jogos Paralímpicos.
Em 2020, todos os atletas que integraram o projeto esperanças e talentos paralímpicos ficaram integrados ao longo dos 12 meses, sendo que numa parte dos casos, devido à pandemia COVID-19, verificou-se um prolongamento do período de integração por não terem tido oportunidades de reconfirmar as suas marcas.

d. Apoio Complementar

Durante o ano de 2020 o CPP recebeu duas candidaturas a apoio no âmbito do Projeto Apoio Complementar, concretamente da Federação Portuguesa de Atletismo e da Federação Portuguesa de Tiro. Verificado que as mesmas cumpriam com o estipulado no Regulamento do Programa Tóquio 2020, as mesmas foram aceites tendo o CPP despendido, no ano em curso, de um total de 23.581,47€.

e. Missão Jogos Paralímpicos 2020 + 1

A pandemia COVID-19 afetou o mundo de forma global. Sendo este um vírus contagioso, por uma questão de saúde e segurança de todos os intervenientes nos Jogos Paralímpicos, estes foram adiados para 2021.

Desta forma todos os preparativos para o 2º maior evento multidesportivo à escala mundial foram postos em pausa. Neles se inclui o estágio de aclimatação que estava a ser planeado com Fujisawa (cidade Japonesa). Ainda assim, ao longo de 2020, foram tratados diversos assuntos que dizem respeito à Missão e preparação dos Jogos que, previsivelmente, decorrerão em Tóquio em 2021: recolha de informação para a acreditação, para o planeamento de viagens e todas as incidências determinantes que antecedem a entrada da comitiva, de forma faseada, na aldeia paralímpica.

f. Família Paralímpica

Tal como em edições anteriores, o Comité Paralimpico de Portugal convidou diversas personalidades para acompanharem a Missão nos Jogos de Tóquio. Pretende-se que a Família Paralímpica tenha a oportunidade de presenciar de forma direta a vivência da competição, assim como desfrutar de um programa cultural e social no qual se destacava a iniciativa da Casa da Lusofonia. Com o adiamento dos Jogos Paralímpicos, tais pretensões acabaram por não se concretizar sendo expectável que em 2021, em Tóquio, possamos contar com um conjunto de representantes de distintas entidades públicas e privadas, bem como de personalidades que ao longo do atual ciclo paralímpico contribuíram de forma valiosa e decisiva para o desenvolvimento do Movimento Paralímpico e do CPP.

Abubacar Turé | Atletismo

Programa de Preparação Surdolímpica

Relatório de Atividades e Contas 2020

5. Programa de Preparação Surdolímpica

Durante o ano de 2020 e sendo este o segundo ano do ciclo Surdolímpico Caxias do Sul 2021, o CPP assegurou o escrupuloso cumprimento do estipulado no Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo CP/198/DDF/2020. Conforme contratado foi assumida a coordenação e a gestão do Programa Surdolímpico, em articulação com as federações que, foram enquadrando atletas integrados no Programa Caxias do Sul 2021. Ao longo do ano de 2020 estiveram integrados cerca de 10 atletas de 5 modalidades distintas.

a. Organização e gestão do Programa de Preparação Surdolímpica

A gestão e coordenação do Programa de Preparação Surdolímpica (PPS) é da responsabilidade do Comité Paralímpico de Portugal e compreende o Projeto Surdolímpico 2021, o Projeto Esperanças e Talentos Surdolímpicos e a Missão aos Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021. Compete ao CPP gerir, coordenar e avaliar a execução do Programa de Preparação Surdolímpica, bem como preparar e organizar a Missão Portuguesa aos Jogos. Alem destas tem o CPP ainda como atribuições monitorizar e avaliar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, assegurar o tratamento e a gestão da informação relativa ao PPS e, designadamente, a elaboração de relatórios e de prestação de contas à Administração Pública e propor a aquisição de serviços e de bens indispensáveis à gestão e execução do PPS.

A paragem da atividade desportiva forçada levou a uma interrupção total nos momentos competitivos e a um ajuste dos objetivos e planeamentos por parte de todos os intervenientes no Programa de Preparação Surdolímpica.

b. Programa de Preparação Surdolímpica

Tendo em conta as circunstâncias excecionais impostas pela pandemia COVID-19, a preparação surdolímpica e a gestão do Programa de Preparação Surdolímpica sofreram algumas alterações que, na salvaguarda do interesse dos agentes desportivos levaram a um prolongamento de permanência dos atletas no projeto, com as consequências que dai advém. Dado o contexto atual e a situação pandémica verificada no início de março de 2020, todos os Planos de Atividades e Orçamentos foram estipulados de acordo com o momento atual, tendo o CPP, em mútuo acordo com as federações, definido um valor para a preparação inferior a 2019 para o ano de 2020. A redução global dos valores de preparação contratualizados verificou-se por via do cancelamento / adiamento de vários eventos competitivos, bem como reduzido número de estágios efetuados.

Federação	Valor de adenda por atleta
Federação Portuguesa de Atletismo	5.000,00€
Federação Portuguesa de Ciclismo	5.000,00€
Federação Portuguesa de Judo	5.000,00€
Federação Portuguesa de Lutas Amadoras	5.000,00€
Federação Portuguesa de Natação	5.000,00€

c. Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021

Previa-se que os Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul 2021 decorressem entre 5 e 21 de dezembro de 2021. Todavia, devido à pandemia COVID-19 e aos seus efeitos globais, os Jogos foram adiados para maio de 2022.

Reunião Anual de Atletas PPP 2020

Responsabilidade Social

Relatório de Atividades e Contas 2020

6. Responsabilidade Social

O setor da Responsabilidade Social integra as atividades anuais do Comité Paralímpico de Portugal pela via do desenvolvimento concreto do projeto das Bolsas de Educação Jogos Santa Casa em articulação direta com os Jogos Santa Casa, patrocinador principal do CPP.

Este projeto é desenvolvido desde 2014 e apoia atletas estudantes integrados nos Programas de Preparação Paralímpica e Surdolímpica. Esta iniciativa visa promover a conciliação da carreira desportiva com a carreira académica e é assinalada com um evento anual, no qual participam, para além do CPP, o Comité Olímpico de Portugal e os Jogos Santa Casa enquanto entidade que financia este importante projeto.

No ano de 2020 foram atribuídas 13 Bolsas de Educação a atletas integrados nos Programas Paralímpico e Surdolímpico, no valor de 35.349,97€. Considerando as restrições na organização de eventos presenciais toda a comunicação do evento foi feita no formato digital pela via da criação de uma *landing page*. Está ainda previsto ser enviado aos atletas um kit com o diploma, troféu e outros materiais relativos ao programa.

7. Comunicação e Marketing

O Comité Paralímpico de Portugal continuou, no ano em apreço, a desenvolver e afirmar a marca Paralímpicos, aumentando a notoriedade do desporto Paralímpico e Surdolímpico em Portugal; promovendo a imagem de praticantes Paralímpicos e Surdolímpicos, potencializando o retorno às entidades patrocinadoras e parceiras e angariando novos parceiros e patrocinadores.

O Programa de Marketing e Comunicação foi gerido diretamente pelo Comité Paralímpico de Portugal através do seu Departamento de Marketing e Comunicação. Este programa contou com o apoio de patrocinadores e parceiros pro-bono especializados.

Considerando os constrangimentos provocados pela pandemia COVID-19, o desenvolvimento de atividades e iniciativas ocorreu, essencialmente, num formato digital nos canais de comunicação "Paralímpicos", mantendo-se o objetivo fundamental de aumentar a notoriedade e visibilidade da marca Paralímpicos e do Movimento Paralímpico junto do seu público-alvo.

No que diz respeito à componente de comunicação é destacada a criação e promoção de várias campanhas divulgadas nos meios digitais do CPP com o objetivo de aumentar a amplitude de alcance da marca "Paralímpicos Portugal" na sociedade, assim como a elaboração de magazines e da revista Paralímpicos.

Relativamente à área de Marketing sublinha-se o contínuo acompanhamento dos atuais patrocinadores e parceiros por forma a garantir o retorno e a visibilidade sobre o investimento realizado, num ano em que as restrições e limitações na organização de eventos institucionais e desportivos em território nacional e internacional foram totais. Ainda nesta área destaca-se as várias reuniões com potenciais parceiros nacionais e internacionais da Casa da Lusofonia, local privilegiado de encontro e celebração da cultura Lusófona, em Tóquio, aquando dos Jogos Paralímpicos.

Destacamos, abaixo, as várias iniciativas de afirmação institucional e desportiva que o CPP desenvolveu.

Reunião dos Atletas | fevereiro 2020

Foi realizada na Universidade de Coimbra, (Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física) uma reunião com os atletas do Programa de Preparação Paralímpica Tóquio 2020. O evento presencial teve como base a apresentação de pormenores sobre os Jogos Paralímpicos e a organização de vários painéis temáticos, tais como, uma sessão de *media training* e uma palestra sobre nutrição. A ocasião serviu ainda para proceder a uma sessão fotográfica com todos os possíveis intervenientes da Missão Paralímpica Tóquio 2020.

Campanhas de promoção "Rumo a Tóquio" | fevereiro > dezembro 2020

Realização de vídeos promocionais de modalidades com presença nacional garantida em Tóquio: Atletismo, Boccia, Equestre, Natação e Paraciclismo. O objetivo destes vídeos foi de transmitir o suor, esforço e dedicação dos atletas rumo à grande competição, os Jogos Paralímpicos Tóquio 2020. Estes vídeos foram enquadrados na celebração de datas comemorativas como os 300 dias para Tóquio, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, entre outros.

IRS #SemPena | abril > junho 2020

O CPP desenvolveu e implementou, em parceria com a agência pro-bono FCB, uma campanha de angariação de fundos com base na atribuição de 0,5% dos impostos liquidados de IRS. A campanha decorreu durante o período total de entrega de IRS, de abril a junho, e contou com a sua divulgação nas várias plataformas digitais dos Paralímpicos.

Aniversário | 26 de setembro 2020

Celebração do 12º Aniversário através da promoção de várias iniciativas digitais ao longo do dia 26 de setembro tais como dois *webinares*, um deles com a presença do Presidente do IPC, Andrew Parsons e do Presidente do CPP, José Manuel Lourenço, mensagens de parabéns de atletas, treinadores, entidades e patrocinadores e um vídeo *best of* dos últimos 12 anos de existência do CPP.

Campanhas *countdown* para os Jogos Surdolímpicos 2021

Desenvolvimento de duas campanhas com o propósito de assinalar o local do evento e mais tarde um ano para o início da competição.

Vídeo Natal

Realização de um vídeo de boas festas com a participação de três atletas da dimensão paralímpica e surdolímpica.

Lexi [7 *Webisodes e Webinares*]

Lançamento de sete *webisodes* sobre Classificação Funcional Desportiva que tiveram como objetivo especificar os fundamentos e particularidades desta área específica para pessoas com deficiência. Ao lançamento de cada *webisode* foi realizado um *webinar* com atletas, treinadores e especialistas de classificação para clarificação e debate das várias temáticas apresentadas.

Revista Paralímpicos

Em 2020 foram lançadas duas edições da Revisa Paralímpicos no formato físico, com uma tiragem de mil unidades e *online*. Não foi possível assegurar o desenvolvimento de quatro edições, conforme inicialmente previsto, considerando as restrições provocadas pela situação pandémica do país.

Magazines Paralímpicos (RTP2, Sport TV)

No ano de 2020 foram desenvolvidos e transmitidos 4 magazines mensais com a RTP2 e com a Sport TV, dando assim continuidade às parcerias já estabelecidas anteriormente. Não foi possível assegurar a realização do número inicialmente previsto de magazines considerando as restrições provocadas pela situação pandémica do país.

Kit de Proteção Sanitária [Angelini]

Comprometidos em mitigar os riscos resultantes da situação criada pela pandemia, foram desenvolvidos kits de proteção sanitária, em parceria com a farmacêutica Angelini, compostos por cinco máscaras certificadas e álcool gel em formato de spray. A medida inseriu-se na estratégia de apoio à retoma desportiva e teve como objetivo aumentar as condições de proteção e segurança sanitária dos atletas inseridos nos Programas de Preparação Paralímpica e Surdolímpica e respetivo corpo técnico (Treinadores, TADs e Guias).

Patrocinadores/ Parceiros

2020 foi um ano particularmente difícil na angariação de novos patrocinadores, considerando os cortes acentuados nos orçamentos globais das entidades públicas e privadas, em especial nas áreas de patrocínio, não tendo por isso sido possível aumentar o número de novos parceiros. Não obstante, foi feita uma gestão dos patrocinadores e parceiros existentes com o objetivo de garantir o retorno e a visibilidade sobre o investimento realizado considerando as restrições e limitações na organização de eventos institucionais e desportivos em território nacional e internacional, fruto da pandemia COVID-19.

Casa da Lusofonia

Em 2020 foram desenvolvidas várias reuniões com potenciais parceiros nacionais e internacionais com o propósito de lhes ser apresentado o conceito assim como as oportunidades de associação e afirmação no local. Considerando o adiamento dos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020 para o ano de 2021 foi firmada uma adenda ao contrato garantindo a reserva do espaço para as novas datas do evento.

Telmo Pinão | Ciclismo

Créditos © Vitalis

Execução orçamental

Relatório de Atividades e Contas 2020

8. Execução Orçamental

A incerteza provocada pela pandemia COVID-19 fez com que todas as previsões e muitos dos objetivos traçados para o ano de 2020 não se concretizassem. Como tal e de um modo geral, a execução dos vários projetos foi inferior ao valor orçamentado, fruto da criteriosa gestão financeira que tivemos à nossa disposição.

Em relação ao programa de atividades regulares, a taxa de execução foi ligeiramente inferior à orçamentada. Este programa visa, essencialmente, comparticipar todas as despesas relacionadas com o normal e regular funcionamento do CPP pelo que apenas não foi possível concretizar o Dia Paralímpico e algumas das ações previstas no programa de Classificação Funcional Desportiva, conforme já foi anteriormente explicado.

O programa de preparação paralímpica Tóquio 2020 foi executado pese embora todos os condicionalismos já mencionados. Foram assegurados os pagamentos decorrentes da gestão do projeto, as bolsas e financiamento à preparação. No que à preparação da Missão diz respeito e não obstante o adiamento do Jogos, foram assegurados os compromissos anteriormente assumidos com alguns fornecedores para o ano em análise. Considerando ainda o previsível aumento dos custos relacionados com a Missão devido à pandemia, foi feita uma gestão prudente e equilibrada das verbas disponíveis para a gestão do projeto uma vez que podermos vir a necessitar de afetar custos a esta rubrica em 2021.

Em relação ao programa de preparação surdolímpica, este foi executado de acordo com as verbas contratualizadas com a tutela. Verifica-se que o financiamento à preparação surdolímpica não pôde ser executado na sua plenitude uma vez que, com a pandemia, os atletas ficaram privados de conseguirem executar os seus planos de preparação na íntegra.

As ações previstas no programa de Responsabilidade Social e Desportiva nem sempre foram possíveis realizar como inicialmente planeado. Muitas delas foram executadas online o que se reflete numa redução de custos no ano em apreço.

Conclui-se assim que, em virtude do ano atípico que todos vivenciamos, a atividade desportiva e atividade do CPP foi fortemente condicionada.

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (ótica de caixa) 2020

Designação	Orçamento 2020	Dezembro 2020
TOTAL DE DESPESAS	**2 876 500,00 €**	**2 132 625,39 €**
Atividades Regulares	**308 500,00 €**	**290 076,82 €**
Organização e gestão	**194 605,29 €**	**179 907,75 €**
Enquadramento administrativo	56 798,93 €	53 081,29 €
Enquadramento técnico	25 511,98 €	39 772,85 €
Despesas administrativas	112 188,18 €	87 053,61 €
Enquadramento médico	106,20 €	- €
Enquadramento Comunicação e Marketing	- €	- €
Apetrechamento	16 002,56 €	12 633,45 €
Representações	19 185,39 €	2 699,05 €
Comissão de Atletas Paralímpicos (CAP)	- €	283,50 €
Inclusão Desportiva - Federações de Modalidades	- €	- €
Inclusão Desportiva - Ensino Superior	45,18 €	- €
Fórum Paralímpico	- €	- €
Comunicação e Marketing CPP	33 661,59 €	38 753,84 €
Dias Paralímpicos	10 000,00 €	299,60 €
Outros - Cimeira Federações	- €	1 894,27 €
Responsabilidade Social e Desportiva		35 000,00 €
Plano Estratégico	10 000,00 €	7 596,25 €
Classificação desportiva	25 000,00 €	11 009,11 €
Preparação Paralímpica Tóquio 2020	**2 130 000,00 €**	**1 593 304,55 €**
Gestão e Coordenação	80 000,00 €	23 983,12 €
Financiamento à Preparação Paralímpica	750 000,00 €	522 974,50 €
Bolsas Paralimpicas	600 000,00 €	755 409,44 €
Financiamento à Preparação Esperanças	110 000,00 €	43 200,00 €
Bolsas Esperanças		64 973,76 €
Apoio Complementar	50 000,00 €	28 018,88 €
Missão Paralímpica	300 000,00 €	154 744,85 €
Preparação Surdolímpica 2021	**333 000,00 €**	**179 224,64 €**
Gestão e Coordenação	15 000,00 €	15 000,00 €
Financiamento à Preparação Surdolímpica	160 000,00 €	50 466,35 €
Bolsas Surdolímpicas	140 000,00 €	113 758,29 €
Esperanças Surdolímpicas	18 000,00 €	- €
Responsabilidade Social	**85 000,00 €**	**70 019,38 €**
Apoio ao Desenvolvimento do Projeto Paralimpico	**20 000,00 €**	**- €**

Designação	ORÇAMENTADO 2020	Dezembro 2020
TOTAL DE PROVEITOS	**2 876 500,00 €**	**3 381 000,00 €**
Proveitos Suplementares	166 000,00 €	146 000,00 €
Subsídios à exploração:		
Do Estado	2 710 500,00 €	3 235 000,00 €

Ana Mota Veiga | Equestre

Anexos

Relatório de Atividades e Contas 2020

9. Anexos

Anexo 1
Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2020

No âmbito das competências expressas no artigo 24.º dos Estatutos do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), cumpre-nos apresentar o Parecer relativo ao Relatório e Contas compostas por Balanço, Demonstração de Resultados e competente anexo e demais documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2020, a submeter à apreciação da Assembleia Plenária do CPP.

O Conselho Fiscal efetuou o acompanhamento da atividade do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), tendo analisado a informação financeira disponível, com resultado favorável, nada tento chegado ao s eu conhecimento que possa afetar a conformidade dessa informação.

Parecer

A elevada complexidade e incerteza da atual situação pandémica provocada pelo SARS-COV-2 colocou diversos condicionalismos e desafios que foram, genericamente, ultrapassados de forma competente pelo CPP. Neste quadro, as imposições legais e limitações sanitárias ao normal funcionamento das atividades desportivas provocaram, naturalmente, uma redução nas taxas de execução do orçamentado. Importa, também, destacar que observámos uma admirável resiliência e capacidade de gestão da comissão executiva perante todas as adversidades, sempre em defesa de todos os agentes envolvidos no desporto paralímpico em Portugal.

Face à análise dos documentos de prestação de contas apresentados pela Comissão Executiva , assim como os elementos de informação disponibilizados ao Conselho Fiscal para apreciação, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório de Atividades e Contas do Comité Paralímpic o de Portugal (CPP) relativos ao exercício de 2020.

Loures, 15 de março de 2021.

O CONSELHO FISCAL

Mário Rui Coelho Teixeira
Presidente

Rui Manuel Marta
Secretário

Ricardo Alexandre Afeiteira Marques
Relator

Anexo 2
Membros do Comité Paralímpico de Portugal

MEMBROS CPP
ANDDI - Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual
ANDDVIS - Associação Nacional de Desporto para Deficientes Visuais
Associação Portuguesa Direito Desportivo
Comissão de Atletas
Confederação de Treinadores de Portugal
ESDRM – IPS
Faculdade de Motricidade Humana
Federação Andebol de Portugal
Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal
Federação de Desportos de Inverno de Portugal
Federação de Ginástica de Portugal
Federação de JU JITSU e Disciplinas Associadas
Federação de Triatlo de Portugal
Federação Equestre Portuguesa
Federação Nacional de Karaté
Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas
Federação Portuguesa de Atletismo
Federação Portuguesa de Badminton
Federação Portuguesa de Basquetebol
Federação Portuguesa de Canoagem
Federação Portuguesa de Ciclismo
Federação Portuguesa de Corfebol
Federação Portuguesa de Golfe
Federação Portuguesa de Hóquei
Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais
Federação Portuguesa de Judo
Federação Portuguesa Lohan Tao Kempo
Federação Portuguesa de Lutas Amadoras
Federação Portuguesa de Motonáutica
Federação Portuguesa de Natação
Federação Portuguesa de Orientação
Federação Portuguesa de Remo
Federação Portuguesa de Surf
Federação Portuguesa de Taekwondo
Federação Portuguesa de Ténis
Federação Portuguesa de Ténis de Mesa
Federação Portuguesa de Tiro
Federação Portuguesa de Tiro com Arco
Federação Portuguesa de Voleibol
Federação Portuguesa de Vela

FADU - Federação Académica do Desporto Universitário
FPDD - Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Fundação de Desporto
Humberto Santos
LPDS - Liga Portuguesa de Desporto para Surdos
Panathlon Clube de Lisboa
PCAND - Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto
Universidade de Évora
UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Norberto Mourão | Canoagem

Comité Paralímpico de Portugal

Igualdade, Inclusão & Excelência Desportiva
Rua do Sacramento Nº 4 - R/C, Fanqueiro,
2670-372 Loures
t.: +351 219 886 552 | www.paralimpicos.pt

COMITÉ PARALÍMPICO PORTUGAL

COMITÉ
PARALÍMPICO
PORTUGAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Comité Paralímpico de Portugal

Contribuinte n.º 507 805 259

Sede Social: Rua do Sacramento, n.º 4, R/C, E. D

2670-372 Loures

Balanços em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 1
Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 2
Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 3
Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 4
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 5
Anexo às demonstrações financeiras 6
1. Nota introdutória 6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 6
3. Principais políticas contabilísticas 6
4. Fluxos de caixa 9
5. Ativos fixos tangíveis 9
6. Subsídios do Governo e apoios concedidos 10
7. Efeitos de alterações em taxas de câmbio 11
8. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com pessoal 11
9. Imposto Sobre o Rendimento 11
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 12
11. Outros ativos correntes 12
12. Estado e outros entes públicos 13
13. Outros passivos correntes 13
14. Diferimentos 13
15. Fornecimentos e serviços externos 14
16. Depreciações de ativos 14
17. Outros rendimentos 14
18. Outros gastos 14
19. Instrumentos financeiros 15
20. Fundo de capital 15
21. Outras informações 15

Balanços em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

ATIVO	Notas	Exercício findo a 31/12/2020	Exercício findo a 31/12/2019
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	57.199	47.610
Investimentos financeiros		2.182	1.680
		59.381	49.290
Ativo corrente			
Créditos a receber	6,19	20.088	50.405
Diferimentos	14	5.716	7.309
Outros ativos correntes	11,19	9.872	259.504
Caixa e depósitos bancários	4,19	2.171.460	829.731
		2.207.136	1.146.949
Total do ativo		**2.266.517**	**1.196.239**

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	Notas	Exercício findo a 31/12/2020	Exercício findo a 31/12/2019
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	20	413.044	301.086
Outras variações nos fundos patrimoniais	20	14.683	-
		427.727	301.086
Resultado líquido do período	20	127.866	111.959
Total do fundos patrimoniais		**555.593**	**413.044**
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	19	132.377	85.458
Estado e outros entes públicos	9,12	32.906	5.099
Diferimentos	14	1.168.976	257.279
Outros passivos correntes	13,19	376.666	435.359
		1.710.925	783.195
Total do passivo		**1.710.925**	**783.195**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**2.266.517**	**1.196.239**

O Contabilista Certificado

Irina Delgado

A Direcção

Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício findo a 31/12/2020	Exercício findo a 31/12/2019
Subsídios, doações e legados à exploração	6	2.064.405	2.243.914
Fornecimentos e serviços externos	10,15	(332.632)	(345.311)
Gastos com o pessoal	8	(155.282)	(163.649)
Outros rendimentos	7,17	210.792	214.171
Outros gastos	7,18	(1.642.265)	(1.811.207)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**145.018**	**137.918**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5,16	(16.948)	(25.213)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**128.070**	**112.705**
Juros e rendimentos similares obtidos	17	25	19
Juros e gastos similares suportados		(52)	(58)
Resultado antes de impostos		**128.043**	**112.666**
Imposto sobre o rendimento do período	9	(178)	(708)
Resultado liquido do período		**127.866**	**111.959**

O Contabilista Certificado

Irina Delgado

A Direcção

Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2020	Exercício findo a 31/12/2019
Outros rendimentos	6,17	2.275.222	2.458.104
Gastos administrativos	8,10,15	(487.965)	(509.018)
Outros gastos	5,7,16,18	(1.659.214)	(1.836.420)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**128.043**	**112.666**
Resultados antes de impostos		**128.043**	**112.666**
Imposto sobre o rendimento do período	9	(178)	(708)
Resultado líquido do período		**127.866**	**111.959**

O Contabilista Certificado

Irina Delgado

A Direcção

Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2020	Exercício findo a 31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos de bolsas		(929.186)	(801.339)
Pagamentos a fornecedores		(1.092.774)	(1.195.492)
Pagamentos ao pessoal		(155.441)	(160.967)
Caixa gerada pelas operações		(2.177.402)	(2.157.798)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(709)	(683)
Outros recebimentos/pagamentos		3.540.881	2.520.310
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.362.770	361.830
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(21.016)	(10.431)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		25	19
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(20.990)	(10.412)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(52)	(58)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(52)	(58)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.341.728	351.360
Caixa e seus equivalentes no início do periodo	4	829.731	478.371
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.171.460	829.731

O Contabilista Certificado

Taima Delgado

A Direcção

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituitores da entidade-mãe				
		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período de 2020	20	**-**	**301.086**	**-**	**111.959**	**413.044**
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	111.959	14.683	(111.959)	14.683
		-	111.959	14.683	(111.959)	14.683
Resultado líquido do período					127.866	127.866
Resultado integral						142.549
Posição no fim do período de 2020	20	**-**	**413.044**	**14.683**	**127.866**	**555.593**

	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituitores da entidade-mãe				
		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período de 2019	20	**-**	**297.890**	**-**	**3.195**	**301.086**
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	3.195	-	(3.195)	-
		-	3.195	-	(3.195)	-
Resultado líquido do período					111.959	111.959
Resultado integral						111.959
Posição no fim do período de 2019	20	**-**	**301.086**	**-**	**111.959**	**413.044**

O Contabilista Certificado

Iúma Delgado

A Direcção

Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota introdutória

O Comité Paralímpico de Portugal é uma instituição de utilidade pública, com personalidade jurídica e natureza associativa, constituído em Setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas pelo International Paralympic Comitee e pelo International Comitee for Sport for Deaf com o objectivo de divulgar, desenvolver e defender o movimento paralímpico, bem como promover o gosto pela prática desportiva. Esta entidade tem o número de identificação de pessoa colectiva 507 805 259 e a sua sede localiza-se na Rua do Sacramento, n.º 4, r/c, em Loures.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção para a emissão no dia 2 de Março de 2021.

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8258/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Credores por acréscimos" (Nota 13) e "Diferimentos" (Nota 14).

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;

b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

• Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

• Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

• Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

a) Alterações no risco segurado;

b) Alterações na taxa de câmbio;

c) Entrada em incumprimento de uma das partes;

d) Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

- Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores/ doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Durante o exercício de 2018 foi alterada a política contabilística no que respeita ao reconhecimento de Contratos-Programa, face a exercícios anteriores. A divida a receber relativa aos contratos-programa plurianuais era reconhecida na totalidade no momento de assinatura do contrato, sendo reconhecido o respetivo proveito no momento em que eram recebidas as verbas. Atualmente os subsídios contratualizados são analisados anualmente e reconhecidos à medida em que estejam reunidas as condições para a sua atribuição.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados em baixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1.086	1.182
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.819.758	577.939
Depósitos bancários prazo	350.616	250.611
	2.171.460	**829.731**

5. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de ativos fixos apresenta a seguinte composição:

Ativos fixos tangíveis	31/12/2020	31/12/2019
Valor bruto	250.646	224.109
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(193.447)	(176.498)
Quantia escriturada	**57.199**	**47.610**
Equipamento básico	28.313	18.544
Equipamento de transporte	-	1.042
Equipamento administrativo	25.763	23.598
Outros ativos fixos tangíveis	3.123	4.427
Quantia escriturada	**57.199**	**47.610**

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado em baixo:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2019	18.469	104.066	68.619	12.663	203.817
Amortizações acumuladas a 01/01/2019	(8.159)	(89.360)	(46.934)	(6.832)	(151.285)
Quantia escriturada a 01/01/2019	**10.310**	**14.706**	**21.684**	**5.831**	**52.532**
Aquisições	9.861	-	10.431	-	20.292
	9.861	**-**	**10.431**	**-**	**20.292**
Gastos com depreciações	(1.627)	(13.664)	(8.518)	(1.404)	(25.213)
	(1.627)	**(13.664)**	**(8.518)**	**(1.404)**	**(25.213)**
Quantia escriturada bruta a 31/12/2019	28.330	104.066	79.050	12.663	224.109
Amortizações acumuladas a 31/12/2019	(9.786)	(103.024)	(55.452)	(8.236)	(176.498)
Quantia escriturada a 31/12/2019	**18.544**	**1.042**	**23.598**	**4.427**	**47.610**

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2019	28.330	104.066	79.050	12.663	224.109
Amortizações acumuladas a 31/12/2019	(9.786)	(103.024)	(55.452)	(8.236)	(176.498)
Quantia escriturada a 31/12/2019	**18.544**	**1.042**	**23.598**	**4.427**	**47.610**
Aquisições	15.649	-	10.888	-	26.537
	15.649	**-**	**10.888**	**-**	**26.537**
Gastos com depreciações	(5.880)	(1.042)	(8.722)	(1.304)	(16.948)
	(5.880)	**(1.042)**	**(8.722)**	**(1.304)**	**(16.948)**
Quantia escriturada bruta a 31/12/2020	43.979	104.066	89.938	12.663	250.646
Amortizações acumuladas a 31/12/2020	(15.666)	(104.066)	(64.174)	(9.540)	(193.447)
Quantia escriturada a 31/12/2020	**28.313**	**-**	**25.763**	**3.123**	**57.199**

Os gastos com depreciações acima identificados encontram-se registados na rubrica de gastos de depreciações e amortizações.

Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos ativos fixos tangíveis amortizados de acordo como o método da linha reta:

	Intervalo de vida útil
Equipamento básico	[8 anos]
Equipamento de transporte	[4 anos]
Equipamento administrativo	[3 a 10 anos]
Outros ativos fixos tangíveis	[4 a 8 anos]

6. Subsídios do Governo e apoios concedidos

O detalhe dos subsídios concedidos pelo Estado e outros entes públicos é como se segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Montante total atribuido	Montante recebido	Montante total atribuido	Montante recebido
Subsídios à exploração				
Instituto Português do Desporto e Juventude - IPDJ	4.690.000	2.008.501	4.782.500	1.592.500
Insituto Nacional para a Reabilitação - INR	2.715.000	1.206.499	2.712.500	862.500
	7.405.000	**3.215.000**	**7.495.000**	**2.455.000**

Durante o período de 2020, e como forma de prossecução das suas atividades, estiveram vigentes no Comité Paralímpico de Portugal os contratos-programa nº CP/2/DDF/2018, CP/198/DDF/2020, CP/2/DDF/2020 e CP/145/DDF/2020:

a) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/2/DDF/2018

Objeto: Programa de preparação paralímpica Tóquio 2020 e Paris 2024;

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 6.920.000 Euros repartidos em 4.420.000 Euros a disponibilizar pelo IPDJ e os restantes 2.500.000 Euros pelo INR, valores a receber durante os anos de 2018 a 2021.

Data de celebração: 29 de Janeiro de 2018.

b) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/198/DDF/2020

Objeto: Jogos Surdolimpicos 2021

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 190.000 Euros repartidos em 50% por cada uma das instituições, recebidos durante o ano 2020;

Data de celebração: 31 de Julho de 2020.

c) Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/2/DDF/2020 e CP/145/DDF/2020

Objeto: Atividades Regulares

Entidades: Instituto Português do Desporto e Juventude e Instituto Nacional para a Reabilitação;

Comparticipação financeira: 295.000 Euros repartidos em 175.000 Euros a disponibilizar pelo IPDJ e os restantes 120.000 Euros pelo INR, valores recebidos durante o ano 2020.

Data de celebração: 18 de Junho de 2020.

7. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Empresa reconheceu em resultados as seguintes diferenças de câmbio:

	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças de cambio desfavoráveis	87	(31)
Diferenças de câmbio favoráveis	-	38
	87	**7**

8. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com pessoal

Nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a Empresa incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações do pessoal	126.781	134.203
Encargos sobre remunerações	25.762	27.134
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	874	66
Formação	940	1.553
Saúde, Higiene e Segurança - Medicina do Trabalho	925	693
	155.282	**163.649**

O número médio de pessoal no exercício de 2020 foi de 8 empregados.

9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este incluiu as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*

c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*

b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade do ano 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Os honorários de revisão legal de contas do exercício de 2020 ascendem a 1.750,00 Euros.

11. Outros ativos correntes

O detalhe das rubricas de balanço de outros ativos correntes é como apresentado em baixo:

Outros ativos correntes	31/12/2020	31/12/2019
Acréscimo de rendimentos		
Subsídios a receber	6.805	259.504
Outros devedores		
Devedores diversos	3.067	-
	9.872	**259.504**

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
	Passivo	Passivo
Imposto sobre o rendimento		
Retenções na fonte	(5)	(4)
Estimativa de imposto	178	708
Retenções efectuadas a terceiros	1.152	1.062
Imposto sobre o valor acrescentado		
Conta corrente	28.714	-
Contribuições para sistemas de protecção social	2.867	3.334
	32.906	**5.099**

13. Outros passivos correntes

O detalhe das rubricas de balanço de outros passivos correntes é como apresentado em baixo:

Outros passivos correntes	31/12/2020	31/12/2019
Acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	16.584	18.541
Contratos-programa	26.646	31.322
Bolsas a liquidar	17.675	16.589
Financiamento à preparação	73.689	153.030
Esperanças paralimpicas e surdolimpicas	4.530	6.300
Apoio complementar	244	29.447
Outros acréscimos	42.672	18.013
Outros credores	194.627	162.117
	376.666	**435.359**

14. Diferimentos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Diferimentos ativos		
Gastos antecipados		
Seguros	1.869	2.910
Outros diferimentos	3.847	4.399
	5.716	**7.309**
Diferimentos passivos		
Derivados da prestação de serviços		
Patrocinio Jogos Santa Casa	14.251	19.500
Contrato-Programa 2/DDF/2018 - Toquio 2020	1.154.725	237.779
	1.168.976	**257.279**

A rubrica de diferimentos passivos respeita aos valores a receber mencionados nos contratos plurianuais, celebrados com as entidades IPDJ, INR e Santa Casa da Misericórdia, cujos contratos têm a duração de 4 anos.

Em 11 de Março de 2020, o surto Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde, tendo sido declarado o Estado de Emergência em Portugal no dia 18 de Março de 2020.

Durante o ano de 2020 esta situação teve um impacto muito significativo, não só em Portugal como em todo o Mundo, resultando no adiamento para 2021 dos Jogos Paralimpicos Toquio 2020.

Não obstante não ter havido impacto no recebimento dos subsídios por parte da Tutela, esse impacto foi notório no que respeita aos custos que estavam previstos para este ano e, desta forma, foram efetuados os devidos ajustamentos contabilísticos resultantes desta situação.

Relativamente ao CP/2/DDF/2018 – Tóquio 2020, foi solicitada a respetiva transição de saldos positivos para o ano 2021, conforme carta enviada no dia 15 Janeiro 2021 à Tutela, sobre a qual à data de encerramento das contas, ainda não obtivemos resposta.

15. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados em baixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhos especializados	20.192	19.796
Honorários	2.798	6.513
Vigilância e segurança	2.472	2.814
Conservação e reparação	5.162	12.147
Material de escritório	1.079	2.138
Electricidade	1.742	1.653
Combustíveis	6.924	11.357
Água	355	336
Deslocações e estadas	32.492	125.386
Rendas e alugueres	3.885	566
Comunicação	5.771	5.780
Seguros	5.851	4.820
Serviços bancários	672	1.040
Artigos para oferta	1.798	3.969
Limpeza, higiene e conforto	3.216	2.339
Perdas de vencimento	-	6.283
Outros fornecimentos e serviços externos	238.224	138.373
	332.632	**345.311**

16. Depreciações de ativos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o resumo dos gastos com depreciações de ativos é como apresentado em baixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos fixos tangíveis	16.948	25.213
	16.948	**25.213**

17. Outros rendimentos

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Apoios de entidades privadas		
Junta de Freguesia de Loures	3.500	3.500
Câmara Municipal de Loures	20.000	20.000
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	76.316	70.500
Toyota	30.000	30.000
Unicer	-	10.000
Outras entidades	79.688	73.879
Juros obtidos	25	19
Outros	1.287	6.292
	210.817	**214.190**

18. Outros gastos

Na data de relato a rubrica de outros gastos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos	27.118	33.904
Apoios monetários concedidos		
Bolsas Atletas	534.065	457.360
Bolsas Acompanhantes	116.303	100.041
Bolsas Treinadores	319.123	281.471
Federações	632.065	863.296
Quotizações	2.900	1.500
Inscrições em competições	-	57.780
Donativos	10.000	10.000
Outros	691	5.855
	1.642.265	**1.811.207**

19. Instrumentos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros

Na data de relato, as principais categorias de ativos e passivos financeiros são como apresentadas em baixo:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total
Ativos correntes				
Créditos a receber	20.088	20.088	50.405	50.405
Outros ativos correntes	9.872	9.872	259.504	259.504
Caixa e depósitos bancários	2.171.460	2.171.460	829.731	829.731
	2.201.420	**2.201.420**	**1.139.640**	**1.139.640**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Mensurados ao custo amortizado	Total	Mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos correntes				
Fornecedores	132.377	132.377	85.458	85.458
Outros passivos correntes	376.666	376.666	435.359	435.359
	509.043	**509.043**	**520.816**	**520.816**

20. Fundo de capital

O movimento nas rubricas do fundo de capital foi como se segue:

	31/12/2019	Aumentos	Diminuições	31/12/2020
Fundos patrimoniais:				
Resultados transitados	301.086	111.959	-	413.044
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	14.683	-	14.683
Resultado líquido do período	111.959	127.866	(111.959)	127.866
Total do fundo de capital	**413.044**	**254.507**	**(111.959)**	**555.593**

A rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais respeita à aquisição de cadeiras de rodas e handbike proveniente de verbas atribuídas pela Santa Casa para esse fim. Tendo em conta que esses bens estão reconhecidos no ativo tangível do Comité, e o seu custo é reconhecido mensalmente através das depreciações, será também reconhecida a quota-parte do donativo de acordo com essa periodicidade.

21. Outras informações

O exercício de 2020 ficou marcado, de forma decisiva, pelo surto do novo coronavírus SARS-COV-2 cuja doença COVID-19 atingiu todo o mundo e tendo sido classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de Março de 2020, situação que se mantém à data de encerramento das contas e é expectável que se mantenha durante todo o exercício de 2021.

O impacto significativo da pandemia, não só em Portugal como em todo o Mundo e, por uma questão de saúde e segurança de todos os intervenientes nos Jogos Paralímpicos Toquio 2020, levou a que estes fossem adiados para 2021, com as devidas adaptações a que a pandemia obriga.

A incerteza provocada pela pandemia fez com que todas as previsões e muitos dos objetivos traçados para o ano de 2020 não se concretizassem. Como tal e de um modo geral, a execução de vários projetos foi inferior ao valor orçamentado, fruto de uma criteriosa gestão financeira.

Desta forma, não obstante não ter havido impacto no recebimento dos subsídios por parte da Tutela, esse impacto foi notório no que respeita aos custos que estavam previstos para este ano e, desta forma, foram efetuados os devidos ajustamentos contabilísticos.

O Contabilista Certificado

Ilima Delgado

A Direcção

ATA EM MINUTA DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CPP
ATA N.º 1

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e trinta minutos reuniu, em segunda convocatória, a Assembleia Geral Ordinária do Comité Paralimpico de Portugal, doravante designado por CPP, com sede na Rua do Sacramento nº 4, R/C, Fanqueiro, Loures. ----------

Considerando que o país se encontra a atravessar uma crise pandémica de ordem mundial, provocada pela SARS-CoV-2 então designada pela OMS por Covid-19, o que exige por parte dos agentes desportivos a adaptação a uma nova realidade com o objetivo de cumprir as exigências legais e salvaguardar a saúde de cada um, a Assembleia realiza-se através de videoconferência. ----

A Mesa foi presidida pelo Presidente do CPP e coordenada pelo Secretário-geral. ----------

Antes de iniciar a reunião, o Presidente do CPP cumprimentou todos os presentes agradecendo a sua presença. ----------

De seguida o Secretário-geral questionou quanto à possibilidade para que a Assembleia fosse gravada, como recurso para apoio à elaboração da Ata, sublinhando que após a aprovação da mesma, a referida gravação será destruída. Colocada à consideração, a presente solicitação foi aprovada por unanimidade. ----------

Foi declarada aberta a sessão pelo Secretário-geral tendo-se confirmado as presenças dos Membros ordinários, extraordinários e observadores: ----------

ANDDI: José Pavoeiro ----------
Associação Portuguesa de Direito Desportivo: José Nora e André Ferreira ----------
Comissão de Atletas Paralímpicos: Mário Trindade ----------
Confederação de Treinadores: Mário Silva ----------
Escola Superior de Desporto de Rio Maior: Anabela Vitorino ----------
Federação de Andebol de Portugal: Joaquim Escada ----------
Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal: João Queiroz ----------
Federação de Ginástica de Portugal: Luis Arra ----------
Federação de JU JITSU e Disciplinas Associadas: Luis Galache ----------
Federação Portuguesa de Atletismo: Fernando Tavares ----------
Federação Portuguesa de Badminton: Jorge Azevedo ----------
Federação Portuguesa de Basquetebol: Augusto Pinto ----------
Federação Portuguesa de Canoagem: Vitor Félix ----------
Federação Portuguesa de Ciclismo: Delmino Pereira ----------
Federação Portuguesa de Corfebol: José Pavoeiro ----------
Federação Portuguesa de Desporto Para Pessoas com Deficiência: Fausto Pereira ----------
Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais: Ema Borrego ----------
Federação Portuguesa de Lohan Tao Kempo: Vera Rebelo ----------
Federação Portuguesa de Lutas Amadoras: Pedro Silva ----------
Federação Portuguesa de Natação: Rui Sardinha ----------
Federação Portuguesa de Vela: Pedro Moura ----------
Federação Portuguesa de Ténis: Vasco Costa ----------
Fundação do Desporto: Paulo Frischknecht ----------
LPDS: Susana Lourenço ----------
Panathlon Clube de Lisboa: José Esteves ----------
PCAND: Helena Bastos ----------
Universidade de Évora: José Marmeleira ----------

UTAD: Eduarda Coelho ----------

Estavam também presentes os Membros da Comissão Executiva: Carlos Lopes, Luis Figueiredo, Sandro Araújo, Jorge Correia, Francisco Teófilo e Tiago Carvalho e do Conselho Fiscal Ricardo Marques e Rui Marta. ----------

O Secretário-geral, solicitou à Assembleia a elaboração da ata em minuta referente à presente reunião por forma a permitir que o RAC fosse enviado à tutela e, deste modo, evitar que estas ações ficassem a aguardar pela aprovação da ata em novembro, aquando da próxima Assembleia. De seguida, o Secretário-geral colocou a proposta à votação tendo sido **foi aprovada por unanimidade.** ----------

Verificando-se que se encontrava legalmente reunida a presente assembleia geral, podendo validamente deliberar-se os pontos da ordem de trabalhos, lidos pelo Secretário-geral e constantes na convocatória previamente remetida aos Membros e que abaixo se transcrevem: ----------

1. Análise e votação da proposta de ata da reunião da Assembleia Plenária do CPP, realizada a 24 de novembro de 2020; ----------
2. Análise e deliberação sobre a proposta da Comissão Executiva relativa ao Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2020, nos termos da alínea c) do artigo 16º e de acordo com o ponto 9 do artigo 22º dos Estatutos do CPP; ----------
3. Análise de outros Assuntos de Interesse Geral. ----------

Deu-se inicio à Ordem de Trabalhos com o primeiro ponto: ----------

1. Análise e votação da proposta de ata da reunião da Assembleia Plenária do CPP, realizada a 24 de novembro de 2020. ----------

Foi solicitado à Assembleia que fosse dispensada a leitura do documento em análise uma vez que este foi previamente enviado. Tendo sido autorizada por unanimidade a dispensa da leitura da Ata em apreço e não havendo comentários a registar, passou-se à votação. A Ata da Assembleia Plenária foi **aprovada por unanimidade.** ----------

Passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos: ----------

2. Análise e deliberação sobre a proposta da Comissão Executiva relativa ao Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2020, nos termos da alínea c) do artigo 16º e de acordo com o ponto 9 do artigo 22º dos Estatutos do CPP. ----------

O Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2020 foi previamente enviado aos Membros. Após breve explicação das principais rubricas, foi colocada à votação a proposta de Relatório de Atividades, Contas e Parecer do Conselho Fiscal referente ao ano de 2020 que foi **aprovada por unanimidade.** ----------

3. Análise de outros assuntos de interesse geral. ----------

Foram analisados os seguintes pontos: ----------

- Apoios técnicos – Federação de Andebol; ----------
- Convergência com o COP e CDP; ----------
- Estudo impacto COVID no Desporto; ----------
- Campanha sensibilização de retoma à prática desportiva; ----------
- Projeto "Valor T – Talento e Transformação"; ----------
- Afirmação Institucional e Relações Internacionais do CPP com o IPC; ----------
- Tradução do Livro de acessibilidades desportivas; ----------
- Classificação Desportiva; ----------

ATAS

- Acessibilidade do Site do CPP "Paralímpicos"; ----------

Registam-se as intervenções do representante da FP Basquetebol e do representante da FP de Vela.

Foram ainda dadas informações acerca dos seguintes assuntos: ----------

- Missão Paralímpica Tóquio 2020; ----------
- Programa de preparação Surdolímpica; ----------
- Programa de Preparação Paralímpica Tóquio 2020; ----------
- Família Paralímpica; ----------
- Jogos Paralímpicos de Inverno. ----------

Regista-se a intervenção do representante da Associação Portuguesa de Direito Desportivo. --------

Posto isto, o Secretário–geral convidou o Presidente a encerrar os trabalhos. Este agradeceu a presença e participação de todo tendo declarada a sessão encerrada pelas dezanove horas e cinco minutos tendo sido lavrada e assinada a presente ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

O Presidente

O Secretário-geral

Assinado por : **JOSÉ MANUEL FERNANDES LOURENÇO**
Num. de Identificação: BI04480582
Data: 2021.03.29 18:35:36+01'00'